

Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Responsável: Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública

Equipe: Carlos Alberto da Silva Bartz, Fernando Guinancio Coelho, Gleides Monte Serrate, Haydée Glória Cruz Caruso, Juliana Márcia Barroso, Lusenira Conceição Paiva, Melissa Alves de Alencar Pongeluppi, Regina Célia Reis Mendes, Ricardo Brisolla Balestreri

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco T, Sala 500
Brasília-DF, CEP: 70.064-900
Telefone: (61) 2025 3841
Fax: (61) 2025 3854
ricardo.balestreri@mj.gov.br

Data do início da implementação da iniciativa: Março de 2005

RESUMO DA EXPERIÊNCIA

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) é um projeto de educação permanente, democrática e qualificada, promovido a partir da parceria com instituições de ensino superior – que recebem investimentos para realizar cursos nas modalidades presencial e a distância – para a promoção de pós-graduação na área de segurança pública. O objetivo principal da rede é democratizar o acesso dos profissionais de segurança pública – sem distinção hierárquica – aos processos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional. Busca-se difundir entre esses profissionais e as instituições em que trabalham o conhecimento e a capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania e os direitos humanos. A iniciativa destina-se aos policiais federais, rodoviários federais, policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais. Presente em 26 estados, a Renaesp já capacitou 5.250 profissionais.

Caracterização da situação anterior

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) surge da necessidade de dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública do país, aproximando-os do universo acadêmico brasileiro que, invariavelmente, manteve-se distante dos estudos nessa área.

Com a redemocratização do Brasil, em especial, com os avanços de algumas pesquisas seminais, na década de 1990, esse campo começa a se abrir, constatando-se crucial a aproximação entre as instituições de ensino superior (IES) de excelência no país e os profissionais de segurança pública. Por sua vez, esses profissionais sentem a necessidade de acesso a um conteúdo científico que dê subsídios para análise apurada dos fenômenos

relacionados à violência e à criminalidade, entendidos, agora, como multicausais e, portanto, exigindo das instituições de segurança pública respostas multidimensionais.

A situação anterior corroborava com a baixa produção científica aplicada à área de segurança pública, em virtude do distanciamento e do pouco interesse já descritos. Sem acúmulos conceituais e metodológicos sobre o tema, as políticas públicas na área sempre foram reféns de amadorismos e oportunidades de ocasião, não guardando conexões entre os fenômenos empíricos característicos da sociedade brasileira. Enquanto os acadêmicos discutiam violência e criminalidade no Brasil, os profissionais de segurança pública permaneciam imersos no fazer cotidiano, sem refletir sobre as razões e as alternativas para o enfrentamento de determinadas questões.

Nessa direção, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) toma para si a responsabilidade de fomentar a aproximação entre instituições policiais e o mundo acadêmico, a partir da formação continuada via cursos de pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo de valorizar as práticas policiais e também orientá-las, a partir de um novo paradigma de segurança pública para o país.

Descrição da iniciativa

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) é um projeto de educação permanente, promovido a partir da parceria entre Senasp e instituições de ensino superior para a promoção de pós-graduação na área de segurança pública.

Objetivos a que se propôs e resultados visados

O objetivo principal da Renaesp é democratizar o acesso dos profissionais de segurança pública – sem distinção hierárquica – aos processos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional. Busca-se difundir entre esses profissionais e as instituições em que trabalham o conhecimento e a capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania e os direitos humanos.

Todos os cursos promovidos pela Renaesp têm como base o referencial teórico-metodológico, construído pela Senasp em 2003, denominado Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Essa matriz foi incorporada pelas 27 unidades da federação para atividades formativas de policiais militares, policiais civis e bombeiros militares de todo o Brasil.

Dentre os objetivos específicos da Renaesp estão:

- 1) Articular o conhecimento prático dos policiais, adquiridos no seu dia a dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico;
- 2) Difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas;
- 3) Incentivar a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em segurança pública que contribuam para o processo de institucionalização e de implementação de ações consideradas prioritárias, previstas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- 4) Possibilitar o acesso aos profissionais da área de segurança pública, por meio da destinação de 40 vagas, com financiamento integral dos estudos; assim como, 10 vagas para a sociedade civil interessada em se qualificar na temática (essas vagas são administradas pelas próprias IES).

Público-alvo da iniciativa

Diretamente, a iniciativa destina-se aos profissionais de segurança pública oriundos dos três entes federados (União, estados e municípios), a saber: policiais federais, rodoviários federais, policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais. A iniciativa democratiza o acesso à especialização a qualquer profissional com nível superior, independentemente das graduações e/ou postos hierárquicos que possuam em suas corporações.

De forma indireta, o projeto atinge a sociedade civil, interessada na qualificação especializada em segurança pública.

Concepção e trabalho em equipe

O projeto foi concebido pelo então diretor do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) – atual secretário Nacional de Segurança Pública –, que vislumbrou a importância de constituir uma rede de altos estudos. Essa rede deveria integrar instituições de ensino superior voltadas à promoção de cursos de especialização, com foco prioritário nos profissionais de segurança pública, aproximando, assim, a prática profissional dos saberes acadêmicos.

Naquele momento, era igualmente desafiante fomentar entre as IES a constituição de núcleos e centros de pesquisa com vistas ao incremento da produção científica no tema. Entendia-se que a aproximação entre universidade e profissionais de segurança pública constituía uma via de mão-dupla, na qual a primeira disporia de seu saber científico e a segunda, por intermédio de seus profissionais, traria para os debates acadêmicos a experiência cotidiana do fazer segurança pública no país, com intuito de fomentar, posteriormente, políticas públicas mais eficazes.

Essa ideia original materializou-se em 2005, em um projeto-piloto realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que coordenou a primeira turma de pós-graduação em segurança pública pautada na Matriz Curricular Nacional e com investimentos do governo federal. A partir do sucesso dessa experiência, iniciou-se amplo trabalho de diversos setores e departamentos do Ministério da Justiça, a fim de viabilizar a constituição do 1º Edital de Credenciamento e Seleção das IES públicas e privadas que desejassem desenvolver cursos de especialização em segurança pública, com apoio do Ministério da Justiça e seus segmentos afins.

Ações e etapas da implementação

Dentre as ações e etapas da implementação, cabe destacar:

- 1) Realização do projeto-piloto na UFBA, com apoio do Ministério da Justiça (2005) ;
- 2) Elaboração e publicação do 1º Edital de Credenciamento das IES públicas e Privadas (2005), que garantiu às instituições selecionadas o direito de ministrar cursos com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;
- 3) Constituição de Comissão Nacional da Renaesp, envolvendo representantes do Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Comissão Nacional de Direitos Humanos (2005);
- 4) Credenciamento e contratação de 22 cursos de especialização em todo o Brasil (2005-2006);

- 5) Pactuação com as instituições de ensino superior e corporações de segurança pública para a implementação da rede (2005-2007) e realização de reuniões de monitoramento e avaliação dos cursos com as IES (2006-2007);
- 6) Promoção, em parceria com o Fórum de Segurança Pública, do 1º Encontro com Coordenadores de Cursos e Alunos, dando origem a um caderno de relato sobre a percepção da Renaesp (2006);
- 7) Credenciamento de 66 instituições (2007) pelo período de três anos, possibilitando dessa forma a recontração das IES;
- 8) Contratação e recontração de 73 cursos de especialização (2007-2009);
- 9) Realização de pesquisa de avaliação dos três primeiros anos da experiência, a partir da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2008-2009);
- 10) Criação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações (2009).

Recursos utilizados

Descrição dos recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos etc.

O Depaid, responsável pelo desenvolvimento da Renaesp, conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais da área de pedagogia, ciências sociais, direito, administração e segurança pública, responsáveis pela análise e acompanhamento metodológico dos cursos, assim como acompanhamento processual da execução contratual.

Em cada IES contratada há um coordenador acadêmico e uma secretária administrativa, responsável por realizar a interface com a Senasp e os alunos, perfazendo o total de 73 coordenadores acadêmicos.

Em relação aos recursos financeiros, a Senasp/MJ aportou em quatro anos, R\$ 20,6 milhões. Vale ressaltar que com o advento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) houve incremento substancial dos recursos destinados a essa ação, resultando no aumento de 368,18% entre 2005-2007 e 2008-2009.

Em relação aos recursos materiais e tecnológicos, cabe pontuar que um dos pré-requisitos para o credenciamento e contratação determina que as IES e possuam infraestrutura adequada para realização dos cursos: salas de aula, biblioteca contendo a bibliografia específica em segurança pública, direitos humanos e cidadania, bem com acesso a internet. No âmbito do governo federal, a Renaesp conta com duas estratégias tecnológicas de comunicação: Mainlist de todos os coordenadores e um e-mail próprio para o diálogo institucional (renaesp.senasp@mj.gov.br). Além de fórum virtual para diálogo entre os coordenadores e a Senasp, hospedado no endereço eletrônico <http://senaspead.ip.tv>.

Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa?

O projeto prima pelas normas e padrões da administração pública. Os recursos utilizados, numa escala de custo de R\$ 5 mil /aluno, estão produzindo efeito real, conforme os resultados demonstrados a seguir, que podem ser facilmente mensuráveis. O grande desafio é trabalhar a correlação do conhecimento adquirido e a performance do profissional de segurança pública no desenvolvimento de suas atividades.

Caracterização da situação atual

Atualmente, a aproximação com as universidades é fruto do entendimento, no Brasil, de que o tema da segurança pública deixa de ser monopólio conceitual das instituições policiais e passa a ser objeto de investigação científica no campo das ciências humanas, sociais aplicadas, exatas e, inclusive, biomédicas. É fundamental pontuar que segurança pública inclui, obviamente, os saberes e práticas policiais, porém, para sua compreensão aprofundada, é preciso recorrer a um amplo arcabouço teórico-metodológico que as ciências, em geral, podem aportar.

Nesse sentido, vem sendo desenvolvido o projeto da Renaesp, com incentivos entre as IES e a composição de núcleos e centros de pesquisa, a partir da formação continuada e permanente por meio de cursos de especialização *lato sensu* nas modalidades presencial e a distância.

Sendo assim, percebe-se a possibilidade de incremento da produção científica no tema, facilitando o acesso aos profissionais da área de segurança pública de forma que trabalhem mais amplamente o seu conhecimento, procurem se aliar a esse contexto e, igualmente, atingir o compromisso com a cidadania e os direitos humanos.

Vale acrescentar que a Senasp já trabalha no terceiro edital de credenciamento a ser lançado no primeiro trimestre de 2010, bem como na criação do edital de reconhecimento que visa certificar instituições de ensino superior de notório saber que queiram promover cursos de especialização pautada na filosofia da Renaesp, sem destinação de recurso federal.

Mecanismos ou métodos de monitoramento e avaliação de resultados e indicadores utilizados

No intuito de fazer um melhor acompanhamento das ações, foram desenvolvidos pela equipe técnica do programa métodos de monitoramento e avaliação de resultados. Inicialmente, um banco de dados foi criado para acompanhar desde o processo de seleção dos alunos até a conclusão, com a entrega dos projetos monográficos. Para tanto, foram estabelecidos três instrumentos, denominados quadros demonstrativos:

- 1) O primeiro é destinado ao **processo seletivo**. Seu objetivo é verificar se o candidato aprovado atende ao pré-requisito de ser profissional de segurança pública e se já foi beneficiado com outra bolsa de estudos no âmbito da Renaesp, tendo em vista o número estabelecido de 40 vagas. Somente após essa conferência a lista é homologada.
- 2) O segundo instrumento destina-se ao **acompanhamento das aulas**. Nesse caso, todos os coordenadores informam sobre frequência dos alunos, notas e se houve desistências e evasões. O acompanhamento visa acompanhar as razões das desistências e se há alguma alternativa a ser utilizada para reintegrar o aluno ao curso.
- 3) O terceiro e último instrumento é o **balanço sobre entrega dos projetos monográficos**, destinado a mensurar a produção acadêmica dos alunos e associá-los aos eixos que compõem o rol de temáticas da Renaesp.

Pesquisa de Avaliação in loco

A fim de avaliar a qualidade dos cursos ofertados, foram contratados consultores no âmbito do Projeto Segurança Cidadã/PNUD com o objetivo de, nesta primeira fase, avaliar 21 cursos desenvolvidos em 2008 ou que estejam em andamento.

- a) Objetivos da pesquisa – conhecer a realidade de cada curso ministrado na visão da coordenação, corpo docente e discente; orientar a tomada de decisão quanto à recontração das IES; contabilizar e mapear o perfil do público-alvo atendido por essa política pública de formação e valorização profissional.

b) Metodologia – visita in loco de cinco consultores (um para cada região do Brasil) para aplicação de questionários ao corpo discente, entrevista com coordenadores e professores, observação de aulas e visita à infraestrutura da universidade; envio de questionários para alunos que já concluíram os cursos e que não estiveram nas IES no momento da visita do consultor; construção de banco de dados; análise quantitativa e qualitativa – consultores contratados e equipe Renaesp do Depaid; apresentação oficial dos resultados no Seminário Internacional de Educação em Segurança Pública, realizado em outubro de 2009 (Brasília, DF).

c) Questionários e instrumentos construídos: 1) Avaliação geral do curso (para observação do ambiente físico da IES); 2) Dados do curso (levantamento de informações sobre as condições gerais do curso; quantitativo de alunos, perfil do público-alvo; perfil dos professores; metodologia do curso; estratégias de divulgação etc.); 3) Desempenho do corpo docente (didática; domínio do conteúdo; relacionamento com os alunos); 4) Alunos (perfil dos alunos e visão sobre o curso e o conteúdo programático); 5) Roteiro para observação participante.

d) Principais indicadores – número de alunos profissionais de segurança pública formados; número de monografias produzidas; número de estados da federação contemplados; relação entre instituições de segurança pública e alunos contemplados (mensurar a diversidade de instituições de segurança pública numa mesma turma); relação entre monografias produzidas e aplicação desses estudos em projetos, programas e ações de segurança pública.

Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados

Concretamente, vários resultados foram observados, quais sejam: contribuição para abertura de novos centros de pesquisa e estudos específicos para a área; fomentação da produção científica nacional sobre a temática de segurança pública; contribuição para o intercâmbio, articulação e integração dos profissionais de segurança pública e sociedade civil; contribuição para o debate de temáticas como violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos etários (crianças, adolescentes e idosos), no âmbito da segurança pública; mobilização de 65 instituições de ensino superior, 350 docentes, 73 coordenadores acadêmicos, 5.250 discentes; e contribuição para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança pública.

Destacamos ainda que a Renaesp está presente em 26 estados através de cursos presenciais. Em 2009, a distribuição dos cursos pelas regiões do Brasil tomou a seguinte configuração:

Região	Número de cursos	Número de estados	Lista de Estados
Nordeste	23	9	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
Norte	10	7	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO
Centro-Oeste	5	3	
Sul	15	3	PR, RS, SC
Sudeste	20	4	ES, MG, RJ, SP
Total	73	26	

Quantitativamente, temos ainda que entre os anos de 2006 e 2007 foram qualificados 880 profissionais, e entre 2008 e 2009, um total de 3.141.

Observando a distribuição dos profissionais por instituição de segurança pública, entre 2008 e 2009, foram capacitados: policiais militares (1.147); policiais civis (864); peritos criminais (75); guardas municipais (201); agentes penitenciários (187); policiais federais (107); policiais rodoviários federais (137); bombeiros militares (144); e profissionais da sociedade civil em geral (400, aproximadamente).

Lições aprendidas

Soluções adotadas para a superação dos principais obstáculos encontrados

É possível citar um conjunto de problemas e soluções encontrados no decorrer da implementação do projeto:

- Conflito em razão da inclusão de hierarquias distintas no mesmo espaço de aprendizagem – reforço o papel de autoridade e autonomia dos professores em sala de aula;
- Dificuldade dos alunos na participação dos cursos – sensibilização dos gestores estaduais e municipais para a questão da flexibilização da jornada de trabalho do público-alvo do curso;
- Descrença no projeto – reuniões de sensibilização, convencimento e concertação com os coordenadores de curso sobre a importância de trabalhar com a referida área em caráter de rede;
- Ausência de recursos destinados à educação dos profissionais de Segurança Pública – Convencimento da gestão pública federal sobre importância desta ação, garantindo recursos tanto no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) como no Pronasci;
- Ingerência por parte das instituições de segurança pública – reafirmação da autonomia do processo de seleção, aprendizagem e avaliação promovido pelas IES.

Fatores críticos de sucesso

A Renaesp tem os seguintes fatores que determinam o sucesso da iniciativa: abrangência nacional; consolidação da ideia de rede de estudos; diversidade do público-alvo do projeto; abordagem de temáticas de grande complexidade para segurança pública; composição da sala de aula com distintas hierarquias; opção por um processo simplificado de credenciamento; processo seletivo pelas IES, garantindo isenção, impessoalidade e transparência; composição de cursos na modalidade presencial e a distância, garantindo capilaridade da política, como também, acesso aos profissionais que têm dificuldade em frequentar regularmente um curso presencial, por motivos diversos, dentre os quais, as jornadas de trabalho.

Por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação?

Por construir, pela primeira vez no Brasil, uma rede efetiva que aproxima universidades públicas e privadas dos profissionais de segurança pública. Com isso, é garantindo acesso a qualquer profissional independentemente de posto hierárquico e/ou instituição a que pertence.

Por incrementar a produção técnico-científica em segurança pública no Brasil, culminando em um debate mais qualificado das questões, como observado nas etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), realizada entre 27 e 31 de agosto de 2009. Durante as atividades da Conseg, foi promovido ainda o 1º Prêmio Nacional de Monografias em Segurança Pública, tendo 210 trabalhos inscritos – a maioria referente a produções oriundas de cursos que integram a Renaesp.